

Textos: modelos da produção de conhecimento

GERD ANTOS

Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg (MLU) -
Alemanha

Em sua função cognitiva e cultural, os textos são teorias pioneiras (de leigos) e devem satisfazer determinadas condições em termos de sua construtividade. Como propostas de teorias cotidianas sobre nosso mundo, os textos são companheiros em uma concorrência medial, discursiva e cultural sobre o que deve se tornar e permanecer conhecimento coletivo, talvez também cultural. Para esse m, deve existir, antes, um esforço de produzi-los e atualizá-los, de torná-los conhecidos, lidos e processados: nos atos de recepção, os textos não tornam o conhecimento visível de um modo direto, mas, na verdade, sob in uência do próprio conhecimento. Nessa medida, além do potencial de sua construtividade, eles são modelos tanto individuais quanto coletivos para a criação linguisticamente complexa do conhecimento, do sentido social e da orientação cultural. O que isso implica para a lingüística textual? Os linguistas investigam condições e formas de abordagens explicativas do mundo baseadas textualmente, quer dizer, - ao contrário de lósofos e sociólogos do conhecimento - não o aspecto epistêmico da produção do conhecimento, mas sua construtividade, na qual as experiências de leitura e os modelos de recepção dos leitores, predeterminados intertextualmente, desempenham um papel do mesmo modo que os aspectos dinâmicos da "atualização" dos textos.

Introdução1

Analfabetismo Um país está desaprendendo a ler. Sob este título provocativo, o jornal *Die Zeit* (16.11.2009, Roman Pletter) publicou um artigo, que parece, logo de início, uma história de terror. Do mesmo modo, o subtítulo, igualmente provocativo, afirma: *Estudantes não mais compreendem textos abstratos, uma editora de livros didáticos está abreviando clássicos, banqueiros estão fazendo cursos de leitura: muitos alemães não tem mais vontade de ler. Será isso tão grave assim?* Fazendo referência a pesquisas empíricas, o artigo expõe, então, entre outros, os seguintes fatos:

Segundo a Fundação Leitura, um quarto de todos os adultos alemães não mais lê livro algum. Na era digital, grupos inteiros de profissionais vêem a leitura de literatura como desperdício de tempo (...). Um analfabetismo relativo está avançando por quase todos os estratos sociais, alcançando o mundo dos estudantes e gerentes. Estará o país desaprendendo a ler? (*Die Zeit*, 16.11.2009).

A responsabilidade por este desdobramento é imputada à revolução da mídia digital, a que se atribui o seguinte efeito:

Não há dúvida: A sociedade da era digital está se afastando da cultura do livro - e esta tendência

atingiu de modo irrevogável também os privilegiados socialmente. O número dos livros lidos por ano na Alemanha decresce da mesma maneira que o número de livros por domicílio. Classes médias sem formação estão surgindo em que, apesar de boas condições materiais, os conteúdos de uma educação clássica ou a leitura prazerosa não são valorizados. ? (*Die Zeit*, 16.11.2009).

Mas mesmo que esta conclusão esteja correta, ela não reflete o quadro completo, pois há muitos indícios de que, frente ao computador, não só se lê mais, como também se escreve cada vez mais – e isto ocorre com sempre mais pessoas. Sem dúvida, a digitalização do mundo leva a uma transformação dos hábitos de leitura, possivelmente, até mesmo a uma mudança estrutural da leitura, pelo menos na primeira geração digital. A origem desta mudança estrutural é indicada no artigo do seguinte modo: ao invés de uma longa leitura recreativa, voltada à fruição, por um lado, e de uma leitura de reflexão crítica, por outro, propaga-se, além disso, cada vez mais, a leitura de processamento rápido da informação bem como a leitura de “vista rápida d’olhos”, direcionada ao consumo. As evidências disso são, por exemplo, a invasão do design textual até mesmo no âmbito da estrita atividade de escrever com auxílio do computador ou da “powerpointização” da comunicação do conhecimento.

Neste sentido, o artigo pergunta sugestiva e rudemente: *Teria havido crise financeira se os gerentes lessem mais?* Talvez gerentes e banqueiros de fato devessem aprender a ler de modo distinto, pois a leitura duramente aprendida (a partir de exemplares autênticos de diversos gêneros) confronta-nos tanto do ponto de vista do conteúdo quanto do intertexto, entre outros aspectos, com o processamento de discrepâncias, irritações, promessas, estranhezas e fracassos. E dura é a aprendizagem da cultura técnica da leitura também da perspectiva neuro-cognitiva: “Sob o ponto de vista biológico, a leitura é, antes, uma atividade antinatural. Não haveria no ser humano uma predisposição para isso (...), diferentemente do que ocorre com a fala. Ler é trabalho cultural, adquirido com dificuldade, trabalho cerebral – e nem todo cérebro é igual” (*Die Zeit*, 16.11.2009, p. 6).

Apesar disso, e como também aponta o artigo, há prazer mesmo na leitura árdua, pois o que pode ser mais prazeroso do que, ao ler, confrontar-se com a fantasia, a simulação e, ainda, vivenciar e observar de modo lúdico mentiras, enganos, ilusões e tentações?

Contudo, seria a suposta mudança estrutural da leitura realmente tão ruim assim? Ao ler o artigo com mais atenção, tornam-se, então, evidentes alguns possíveis e relevantes marcos divisórios da mudança estrutural: em tempos digitais, será o paradigma do “texto na forma de livro”, que domina desde a Idade Média, ainda o paradigma da escrituralidade (no sentido de linguagem da distância comunicativa, cf. KOCH/OESTERREICHER 1985) em termos de meio de veiculação? E, em caso afirmativo, que traços específicos tem o texto na forma de livro em comparação à escrituralidade atual, cada vez mais determinada digitalmente? Mas, acima de tudo, o texto na forma de livro será o paradigma de letramento mesmo no futuro (paradigma, aliás, que com grande probabilidade só se desenvolveu de modo pleno na era da burguesia)?

Neste contexto, busca-se aqui indagar a respeito de uma função dos textos que atravessa as mudanças delineadas. Partindo da tese de que os textos são modelos complexos de produção do conhecimento baseado na linguagem, discute-se, em consequência, o papel da visibilidade em relação aos aspectos da medialidade e da performatividade (textos tornam o conhecimento perceptível/visível sob a influência do conhecimento). Em comparação a outros modelos de produção do conhecimento (fórmulas e teorias ou imagens das ciências naturais), postula-se, por fim, que os textos podem ser concebidos como teorias (de leigos), a partir das quais deduzimos – de maneiras muito diversas e, por vezes, controversas – mundos e realidades.

1. “Linguística Textual Explicativa”

Embora o conceito de texto seja um daqueles conceitos fundamentais da Linguística e da Literatura

que são de aspecto heterogêneo e aberto e que não podem ser definidos de forma conclusiva, porque sua produtividade teórica é sobretudo de natureza heurística e desenvolve-se apenas de forma interna à axiomatização existente (KNOBLOCH, 1990, p. 68; cf. também KLEMM 2002; ANTOS 2009).

levanta-se, além da questão definitória, pelo menos a questão da função dos textos no contexto de seus desenvolvimentos na sociedade e na evolução cultural (ANTOS 1997). Em ANTOS (2007) delineiam-se questões e reflexões para uma “Linguística Textual Explicativa”. Essencialmente, trata-se da simples e, ao mesmo tempo, difícil questão: por que, mesmo nas mais diferentes culturas, algo semelhante ao texto se desenvolveu? Em virtude da ampla diferenciação dos textos com relação tanto a aspectos culturais quanto específicos aos gêneros textuais, a questão da função fundamental dos textos corre o perigo, naturalmente, de se tornar geral demais e/ou irrelevante. Mesmo assim não parece absurdo resumir uma parte do debate interno à Linguística Textual e às Ciências da Cultura.

É provável que a mais antiga resposta a esta questão resida na função de arquivamento da escrituralidade e, com isso, na perpetuação das construções tradicionais da realidade: justamente por meio da escrita e de seus suportes, textos escritos tornam o conhecimento comunicado, em especial, o transmitido cultural e/ou gerado cognitivamente, “durável” a longo prazo. Por isso também, a necessidade de bibliotecas e arquivos bem como os muitos esforços culturais associados a esta necessidade de manter os textos passíveis de transmissão e, por conseguinte, de também manter o conhecimento individual e coletivo “sustentável para o futuro”. A segunda resposta evidencia não somente o aspecto temporal (relacionado especialmente ao futuro), mas, sobretudo, o aspecto espacial e destaca os textos como meios da comunicação: textos são o primeiro veículo fundamental da comunicação espacial e temporal à distância. Considerados historicamente, os textos foram (como apoio inicial ao mensageiro, cf. EHLICH 1983) os primeiros meios confiáveis para a criação da comunicação à distância. Isso valia já para textos reproduzíveis à mão. Depois da impressão de livros, das técnicas de reprodução eletrônicas e das técnicas midiáticas de acesso ao conhecimento (por exemplo, a internet), os textos ampliam, da perspectiva espaço-temporal, o círculo de destinatários e, assim, seu raio de comunicação de maneira significativa.

A terceira resposta remonta fundamentalmente a Karl Bühler (1934- 1978) e a seu conceito de obra linguística (o trabalho de elaboração e configuração do texto como texto): uma comunicação mediante textos, projetada para a distância, que pretende superar a proximidade temporal, espacial e pessoal (KOCH/OESTERREICHER 1985), pressupõe um amplo desligamento do contexto dos processos interativos, uma desancoragem da situação, no sentido de BÜHLER. No sentido da escrituralidade concepcional, os textos são, dessa perspectiva, meios de comunicação, caracterizados pela máxima garantia formal (linguístico- estrutural) da compreensão e, portanto, de máxima autonomia em relação ao contexto para todos os níveis linguísticos (cf. FEILKE 2007, p. 32). Sem pretender negar o significado da recepção ou dos esforços interpretativos, este ideal de explicitude do letramento clássico enfatiza a autonomia do contexto situacional e, por conseguinte, a construtividade das obras linguísticas (ANTOS 1982), quer dizer, sobretudo, sua especificidade estilística (SANDIG 2006, FIX 2007), sua arquitetura (RAIBLE 1997) e sua textualidade (BEAUGRANDE/DRESSLER 1981). Ambas manifestam-se, por exemplo, em textos especializados, científicos, técnicos, jurídicos e administrativos, do mesmo modo que em textos literários, que, portanto, podem ser concebidos como os protótipos de obras linguísticas.

Essas três delimitações de funções acentuam - ainda que de maneiras distintas - diferentes aspectos do desenvolvimento dos textos da perspectiva da evolução cultural. À luz do papel da interpretação (WEIDACHER 2004, WIENEN 2007), da Teoria do Discurso segundo Foucault e de uma desintegração do conceito de texto (cf. FIX/ ADAMZIK/ANTOS/KLEMM 2002) impulsionada pela mídia digital, parece sensato enfatizar a questão sobre a funcionalidade dos textos de um modo ainda um pouco diferente, indo além dessas três abordagens. Tendo em vista nosso mundo de mídia digital, seria natural conceber os textos essencialmente como meios de informação e de comunicação. Todavia, isto tornaria uma especificidade central da evolução cultural em algo

marginal, periférico. Dito de um modo contundente, essa especificidade consiste no fato de que, somente por meio de textos (e de discursos equivalentes a textos), podemos produzir de modo semiótico realidades socialmente relevantes, tornar tais realidades perceptíveis, estabelecê-las coletivamente e herdá-las culturalmente.

A função principal dos textos, portanto, deve ter outra ênfase, para além dos três aspectos citados. Como formulação de tese, textos são modelos linguísticos complexos de produção do conhecimento individual e coletivo (descritível). Nesse sentido, textos são comparáveis a outras manifestações sógnicas complexas, tais como as fórmulas e as teorias da matemática e das ciências naturais ou também as imagens, que, aliás, acompanham com frequência estas manifestações (por exemplo, nos livros didáticos e também em diagramas).

Examinemos essa tese com mais atenção: textos podem ser concebidos tanto do ponto de vista histórico quanto sistemático como formas linguísticas de constituição do conhecimento (ANTOS 1997), específicas a cada cultura. Com eles, (novos) mundos de conhecimento são construídos – a saber, por meio da e na língua.

Deve-se destacar aqui que seria uma redução excessiva entender os textos apenas como conhecimento codificado linguisticamente. Em relação a isso, os estados de coisa representados nos textos não retratam simplesmente mundos ou a realidade de modo semiótico (como nos sugerem as abordagens representacionais). Textos devem, antes, ser concebidos, numa aproximação inicial, como modelos de conhecimento individual ou coletivo – dito de um modo mais preciso: tanto por meio de sua construtividade quanto por meio de seus modos de recepção, eles são modelos da produção do conhecimento, individual ou coletiva. Mediante sua construtividade, bem como mediante sua forma linguística, sua culturalidade estilística e mediante sua semanticidade produtora de realidade, os textos são modelos semióticos para a produção do conhecimento. Entretanto, se e de que maneira, individual ou coletivamente, o conhecimento pode ser gerado a partir dos textos, depende de como os textos são entendidos, do ponto de vista temporal, como ponto de partida de modos e de processos de recepção.

Para ilustrar essa relação e, assim, o caráter modelar dos textos, demonstramos aqui, por meio de um exemplo, a interação entre construtividade e interpretação: em nossa cultura, os textos não somente devem ser produzidos e, assim, também o conhecimento preservado vivo – mas os textos muito frequentes ou conhecidos em uma determinada cultura têm que ser também, em geral, sempre e a cada vez, criados como novos (por exemplo, através da atualização dos textos)². Como se pode entender isso?

Do ponto de vista da teoria da performatividade, o copiar e mesmo o próprio citar modificam, ainda que de maneira imperceptível, o estatuto do original³ (KRÄMER 2004), pois, por um lado, originais adquirem, por meio de sua contínua encenação uma aura canônica, e também, por outro, ritual. Esses dois aspectos podem ser demonstrados do mesmo modo, a exemplo de provérbios, antigas formas de organização cultural do conhecimento, como a exemplo de palavras-chave ou construções formulaicas (LEWANDOWSKA 2008): eles transmitem, por uma parte, percepções influenciadoras, porém, ao mesmo tempo, estão sujeitos ao risco de descontextualização, com isso, de uma estereotipização ou banalização. A comunicação de conhecimento vulnerável ao contexto, em contraposição, deve incluir a história da interpretação dos textos na atualização dos textos.

2. Modelos Linguísticos Elementares de Conhecimento

Antes de continuarmos a nos dedicar à produção do conhecimento através dos textos e nos textos, é necessário, de início, lançarmos um breve olhar sobre formas de modelos linguísticos de conhecimento.

Modelos textuais de conhecimento diferenciam-se com respeito às suas formas linguísticas – a

saber, tanto no nível macro- quanto microestrutural: no nível microestrutural, os seguintes meios linguísticos desempenham um papel importante na produção interativa (e, por conseguinte, dialógica) do conhecimento:

- Exclamações e gestos linguísticos (por exemplo, dêiticos): o objetivo aqui é criar um espaço comum de percepção e garantir a co-presença (através da constituição de um campo comum de [mostração4](#) no sentido proposto por BÜHLER) bem como a criação ou direção de foco dos parceiros da interação presentes (como parte de uma organização própria elementar das interações).
- Avisos simples, exigências, comandos, pedidos: o objetivo destas formas elementares de produção do conhecimento é aqui a coordenação de ações conjuntas.
- Sequências de perguntas e respostas são modelos recíprocos e repetíveis de produção dialógica do conhecimento. Por isso, elas podem ser entendidas, também no sentido da abordagem do texto como resposta a uma [questão5](#) (STUTTERHEIM 1992), simultaneamente, como um modelo de base para a produção e compreensão conjunta de macroestruturas textuais.
- Enunciados declarativos: são a forma linguística primordial de criação de estados de coisa e, conseqüentemente, meios fundamentais para a criação de mundos linguísticos. É notório que os enunciados declarativos desempenham um papel central (que se reflete especialmente, portanto, na filosofia e nas ciências). Eles são as formas essenciais de criação constatativa do conhecimento.

Das macroformas de produção do conhecimento, somente as três mais importantes serão aqui mencionadas:

- Narrativas: por meio de ligações temporais que se repetem, o objetivo da grande família narrativa é criar estruturas linguísticas do tipo e-então, que levam (e podem levar) a um encadeamento coerente de modelos linguísticos fundamentais do conhecimento.
- Argumentações: por meio da apresentação ou suposição de estados de coisa, o objetivo é estabelecer premissas, das quais, então, conclusões podem ser derivadas e, deste modo, novo conhecimento pode ser produzido.
- Relatos: o objetivo desta forma linguística ampla é produzir por meio de enunciados declarativos descrições (complexas) de recortes do mundo, e, ainda, sinalizar que esse conhecimento é confiável.

A produção cultural do texto e do conhecimento encontra-se em um processo de conexão estrutural. Assim, duas formas de aquisição do conhecimento transmitido através da língua apresentam-se, desde o início, tanto da perspectiva da evolução cultural quanto da ontogênese: 1. sequências de perguntas e respostas (cf. a forma dos diálogos em Platão) e 2. o narrar, quer dizer, a ligação temporal de estados de coisa na forma de estruturas do tipo e-então. Estes dois padrões básicos da arquitetura do conhecimento e do texto têm sido até hoje diferenciados de maneira complexa, tanto com relação a especificidades culturais quanto a aspectos estruturais. A evolução cultural exerce uma pressão continuamente maior sobre a performance da arquitetura do texto quando estados de coisa devem ser estruturados como relato ou (em nexos causais) como argumentação.

3. Modelos de Produção do Conhecimento

Na história da evolução do conhecimento, desenvolveram-se, em parte, formas da produção de conhecimento bastante específicas a cada cultura: há, de início, - partindo da interação entre mãe e bebê - a interação ou a comunicação entre pessoas presentes. Aqui se praticam e se estabilizam modos de comportamento elementares, centrais para as diferentes formas e meios da comunicação mais diferenciada: praticam-se e diferenciam-se ajustamentos corporais e cognitivos (presença/ co-

presença/acessibilidade), praticam-se e vivenciam-se imitações e imitações da imitação, exercita-se a confiança, a troca de turno, o feedback, o monitoramento recíproco dos parceiros da comunicação, o auto-monitoramento e as correções (no sentido da Análise da Conversação).

Uma forma de produção do conhecimento textual, negligenciada em grande medida, é a produção e a diferenciação de modalidades e estilos variados: com os textos, podemos criar mundos cientificamente reais, mas também literariamente ficcionais. Com diferentes estilos e níveis de estilo, pode-se, ainda, produzir conhecimento de maneira austera, divertida, contundente, desconstruída, etc. (FIX 2007).

Por fim, a diferenciação dos meios de comunicação foi fundamental para a origem do conhecimento constituído linguisticamente na história da evolução cultural: além do desenvolvimento (por exemplo, estético e retórico) da oralidade é a invenção de impressos, da impressão de livros e hoje: a evolução do formato digital e da criação em redes de vários marcos de mídia no desenvolvimento da evolução cultural. Assim, o desenvolvimento, a difusão e o vínculo entre os discursos sociais (Foucault) foram promovidos.

A seguir, com relação à situação atual, dois modelos argumentativos de produção do conhecimento, que parecem competir hoje na acepção proposta no primeiro parágrafo, serão idealmente contrapostos a título de exemplo.

3.1 Modelos «autônomos» de Conhecimento sem ancoragem na Situação

Os textos na forma de livro evoluíram (na literatura euro-americana no sentido da escrituralidade concepcional, cf. KOCH/OESTERREICHER 1985) de tal modo que converteram-se em textos sem ancoragem na situação e, com isso, em textos de tendência a representações autônomas de estados de coisa. Modelos textuais do conhecimento voltados para a autonomia apóiam a geração de sentido, tanto quanto possível, no poder do signo; contudo, não tornam, desta maneira, os esforços hermenêuticos desnecessários. Textos na forma de livro, que podem ser caracterizados como obras linguísticas, caracterizam-se pelo conjunto suficiente das seguintes propriedades:

- Um texto está em uma determinada tradição textual,
- sinaliza relações intertextuais e
- pode ser relacionado a (uma família de) gêneros textuais.
- Um texto manifesta uma concentração temática,
- é, com relação a estados de coisa, complexo,
- é coerente linguisticamente,
- em si estruturado (no sentido de uma arquitetura textual transparente),
- relativamente concluído e, portanto, também desancorado da situação de modo considerável,
- e sujeito aos padrões culturais de formulação quanto à sua validade e aos seus valores de verdade.

No entanto, os textos que têm em vista a durabilidade e a independência do contexto situacional são, com frequência, de difícil leitura e até mesmo de difícil compreensão (cf. FEILKE 2007).

Reclamações sobre a linguagem da distância (no sentido proposto por KOCH/OESTERREICHER

1985) inflamam-se, pois, a partir dos seguintes aspectos:

- da extensão ou mesmo da prolixidade de enunciados elaborados com explicitude,
- da baixa possibilidade de memorização ou de uma estranheza ou de uma dificuldade de entendimento sentida pelo menos subjetivamente,
- da forma de representação impessoal, já que mais objetiva,
- da leitura aparentemente mais laboriosa ou longa,
- do maior esforço de processamento cognitivo,
- da necessidade ou inevitabilidade de um confronto interpretativo e mesmo filológico com o texto.

Essas propriedades podem ser interpretadas como consequências das imposições decorrentes de uma desancoragem do contexto de interação quando tal desancoragem está direcionada à obra linguística.

3.2 Modelos de Conhecimento Voltados à Comunicação

Com a hoje denominada socialização da mídia digital, por um lado, e com a crescente necessidade de processamento descomplicado de informações, por outro, parecem estabelecer-se, com rapidez surpreendente, modelos e padrões inteiramente novos de encenação semiótica do conhecimento. Mediante multimídia, apresentações em *power point* e demais formas de transmissão voltadas ao entretenimento, impuseram-se, nas últimas décadas, formas alternativas de encenação do conhecimento textual. No lugar de textos contínuos, em si estruturados e articulados, encontram-se, cada vez mais, textos desconectados tematicamente, textos de quebra-cabeça (cf. PÜSCHEL 1997), que estão em uma implícita ligação em rede de modo semelhante ao hipertexto, enriquecido com imagens, gráficos, vitrines, etc. A tipografia e o design textual tornam a preparação visual não apenas mais agradável, mas também tentam aludir a associações em segundo plano de destinatários potenciais. O objetivo dessas formas de encenação do conhecimento é, sobretudo:

- Gerenciar a atenção (como na publicidade),
- Emocionalizar (sempre que possível),
- Inserir elementos de *Infotainment*, isto é, fundir informação e entretenimento, para motivar os leitores.

Especificamente, predominam:

- *Eye catcher* (focos apelativos em objetos ou pessoas) como um meio de gerar atenção;
- Meios tipográficos, linguísticos (por exemplo, lemas) e pictóricos como estimulação de efeitos *priming*, isto é, como estímulos ao acesso a um item específico de informação na memória;
- Garantia antecipatória da compreensão do texto por meio de organizadores prévios (*advance organizer*), isto é, de materiais introdutórios que servem de ponte cognitiva entre o que o leitor já sabe e novas ideias e proposições;
- Estratégias: escandalizar, provocar, desestabilizar;
- Formas de personalização e de emocionalização;

- Vocabulário corrente e sintaxe simples;
- Visualização da arquitetura do conhecimento mediante meios de estruturação, ênfase, demarcação, etc.;
- Uso de palavras-chave e de palavras-bandeira [em alemão, *Fahnenwörter*, expressões linguísticas com alto poder de simbolizar valores ideológicos];
- Formulações apelativas, fórmulas e metáforas;
- Narrativização das argumentações;
- Ao invés de reflexão sobre premissas, apresentação de assim chamados *fatos*;
- pedaços de informação adicionados em listas;
- E, por sua vez, conectados, em parte, de forma semelhante ao hipertexto;
- Conclusões de argumentação na forma de teses e argumentação baseada em vantagens;
- Resumos com destaques.

Todas essas formas de comunicação do conhecimento encontram-se, claro, como auxílios para a leitura e compreensão também nos “clássicos” textos em forma de livro. Lá cumprem, porém, apenas a função de complementar, mas não substituem o texto que tem por objetivo primário a expressão autônoma do contexto. Ademais, textos voltados à obra linguística ganham em peso retórico por meio de tais formas e estratégias de estímulo à compreensão. Teríamos, portanto, um curto circuito se quiséssemos jogar esses dois modelos ideais um contra o outro.

Todavia, não se podem excluir as consequências para o processamento individual, mas também sociocultural do conhecimento: assim é que o sucesso da escrituralidade elaborada na evolução cultural baseia-se, de um lado, no fato de que textos escritos, até hoje, em comparação com outros recursos, tornam visíveis aos letrados o fácil acesso e a durabilidade do conhecimento (individual e/ou coletivo) tanto semiótica, quanto cultural, coletiva, econômica e tecnicamente! Isso vale também e em especial para os textos cuja impressão e difusão demandam, é verdade, um certo esforço técnico e financeiro nada insignificantes. Contudo, tais textos são, em compensação, de fácil acesso (e manutenção), embora exijam um alto esforço cognitivo e temporal de processamento.

Formas digitais da comunicação do conhecimento, por outra parte, são superiores em quase todos os aspectos em comparação à clássica comunicação textual: em geral, são mais curtas, mais envolventes, em suma, voltadas ao consumo!

Em virtude de seu caráter artístico e linguístico-material, as obras linguísticas têm, por outro lado, uma resistência significativamente maior às influências do tempo (e de manipulações). Além disso, sem considerar que os novos modelos textuais dependem da *world wide web*, seus pontos fracos residem no seu pobre arquivamento e durabilidade, sobretudo em sua falta de robustez em relação a mudanças típicas de época - sejam elas relativas à técnica ou à mentalidade.

4. Textos Tornam o Conhecimento Visível

Resta a pergunta: qual é a especificidade de meio que a escrituralidade textual possui em comparação a outras formas de representações semióticas de estados de coisa? O grande feito dos textos, começando pelos mitos e contos de fadas de uma cultura até seus discursos atuais, consiste,

assim como com fórmulas ou imagens, em que todos esses modelos semióticos tornam perceptível, tanto individual quanto coletivamente, o conhecimento, isto é, determinadas formas de cognição. O significado da percepção (da visibilidade) está ligado, na história recente da cultura, sobretudo, de início, ao nome de George Berkeley. Sua tese, ainda bastante limitada ao perceptual: apenas aquilo que tem a chance de ser percebido é considerado em uma cultura como realmente existente⁶. Nesse sentido, a visibilidade dos textos mediante sua apresentação, entre outros aspectos, bem como mediante sua escrita e design textual é decisiva tanto para sua medialidade quanto para sua performatividade.⁷

Que a percepção, acima de tudo, é um ato cognitivo guiado por um estilo de pensamento (cognitivo), que não apenas possibilita novo conhecimento, mas também já pressupõe um certo (pré-)conhecimento, remonta ao filósofo da ciência, médico e bacteriologista polonês Ludwik Fleck: “Para ver, é necessário primeiro saber” (FLECK 1983, p. 147). Seria uma simplificação restringir o fator determinante da visibilidade somente ao aspecto propriamente perceptual (*sensu* Berkeley), porque isso implicaria, então, reduzir tanto o aspecto semiótico quanto cognitivo da percepção (cf. FLECK 1983).

Em outras palavras, quem não sabe o que lhe espera nos livros, também não os lerá. E quem não sabe já algo, só poderá também extrair pouco da leitura de um texto. Sem uma socialização adequada da leitura (de livros), como foi problematizada no início deste estudo, então, só o conhecimento complexo pode ser feito visível nos textos.

Quão fundamental é a visibilidade para a comunicação e para o sucesso da comunicação⁸ (cf. STÖCKL 2004, SPITZMÜLLER 2006, ANTOS/SPITZMÜLLER 2007) pode ser ilustrado pela teoria semiótica de Rudi Kaller:

Comunicar é influenciar, respeitando a liberdade de escolha do outro. Comunicar significa, assim, permitir que o outro perceba algo, e, a partir disso, possa reconhecer, com seu conhecimento restante, seu conhecimento da situação e do mundo, para onde se quer levá-lo. (KELLER 1995, p. 105)

A peça central de sua teoria dinâmica do signo é a concepção de que signos são exatamente aqueles meios “que devem ser usados a fim de tentar fazer ao outro reconhecer aonde se quer levá-lo” (KELLER 1995, p. 106). A visibilidade visual (ou auditiva) dos signos é, por conseguinte, em primeiro lugar, a condição para/da comunicação.

Uma consequência disso mostra-se no atual debate sobre performatividade, que concede ao processo de tornar o signo perceptível um lugar prioritário no comunicar:

Não mais a teoria da comunicação, antes, a teoria da percepção como teoria da manifestação (...) dá agora o quadro da concepção conceitual do performativo; a ênfase está não mais no dizer, mas no signo. A atenção, pois, desviou-se do comunicar para o perceber. (KRÄMER 2004, p. 20)

Contudo, o tornar o conhecimento baseado em texto visível está longe de ser simples ou mesmo descomplicado – justamente, porque, no sentido proposto por Ludwik Fleck, para o seu processamento, não só é necessário conhecimento para o seu processamento de conhecimento linguístico-estilístico, comunicativo, cultural e, sobretudo, enciclopédico, mas também porque nós, como leitores de textos, no mesmo paradigma, somos guiados por um estilo particular de pensar em nossa recepção.

A consequência até aqui evitada reside em que os textos só tornam o conhecimento visível sob influência do próprio conhecimento. Isso se aplica, entretanto, igualmente à matemática, às fórmulas científicas, também, por exemplo, ao know-how experimental ou empírico (como na determinação de medição ou classificação de objetos, pistas ou dados) e, em menor medida, às imagens. Decisivo é, por um lado, o seu respectivo caráter semiótico, por outro, o fato de que a

compreensão dos textos bem como dos signos pressupõe já em sua percepção geral um conhecimento correspondente.

Conclusão: Textos Como Teorias (de Leigos)

Resta a pergunta a respeito da especificidade dos textos: os textos são, então, apenas modelos visíveis de um conhecimento incorporado que se pode disponibilizar, dependendo da natureza da visibilidade? E se assim for, como se distinguem dos outros modelos de conhecimento citados? Em primeiro lugar, é recomendável recapitular: com textos, produzimos de modo perceptível realidades sócio-culturalmente relevantes de uma certa complexidade. Não obstante, isso também poderia ser dito pelos cientistas (das ciências naturais) com respeito às suas disciplinas e linguagens do conhecimento. O que é especial nos textos, portanto, parece não residir só na possibilidade de expressarem coisas muito complexas, mas também no fato de tornarem perceptível linguisticamente o conhecimento muito simples (seja lá o que for) e também o conhecimento muito cotidiano. Aqui, os textos, em seu desempenho, “esbarram” muitas vezes nas imagens, que com frequência parecem representar algo sem muito conhecimento prévio.

Se seguirmos esse pensamento, poderíamos definir a especificidade das linguagens (cotidianas) e, assim, dos textos da seguinte forma: os textos podem ser concebidos, portanto, – de acordo com o seu estatuto – como teorias (de leigos) sobre o nosso mundo. Muito além do uso dos textos nas ciências, os textos funcionam como teorias explícitas, mesmo que parciais, de leigos⁹, pois com eles criamos orientação, sentido social, bem como alegações de verdade e de validade. Este último ponto diferencia-os das imagens, dado que elas sugerem evidência ilustrativa, mas não podem transmitir alegações de verdade e validade. Ao inverso, uma fórmula como $E = mc^2$ não apenas torna um certo conhecimento perceptível, mas o representa como uma teoria em princípio passível de refutação.

Que os textos podem funcionar como teorias pode-se deduzir pelas já mencionadas propriedades como explicitude, objetivação, perspectividade, tematicidade e coerência. A essas propriedades básicas pertence, obviamente, o requisito da liberdade de refutação. Talvez também a autoria dos textos nas culturas modernas representa igualmente um passaporte para a responsabilidade, a individualidade e o prestígio social.

Essa objetivação do conhecimento em textos e por meio deles fornece uma vantagem para a produção do conhecimento: os textos são aquele meio de comunicação em que não só conhecimento novo e prévio podem ser criados, mas também criticamente comprovados e alterados, porque os textos não só tornam o conhecimento (declarativo) perceptível e, com isso, explícito, mas também são a base para segmentar, recombina, reestruturar, diferenciar, detalhar, tornar visível (função de recuperação dos dados), por fim, verificar, corrigir, avaliar criticamente e comentar o conhecimento bem como relacioná-lo a novos contextos.

Assim, o conhecimento torna-se conectável tanto comunicativa quanto intertextualmente ou passível de outras leituras e propagável em novos contextos.

Para a evolução cultural do conhecimento, isso é importante, porque os textos, com suas propostas de conhecimento incorporado, estão em concorrência feroz, primeiro, por atenção comunicativa e, depois, também por reconhecimento social. De maneira comparável ao lema de Popper “Matem as teorias”¹⁰, diferentes propostas epistemológicas e teóricas lutam umas contra as outras nos discursos, o que se revela, entre outros, em comentários recíprocos, na crítica mútua e na necessidade de recorrente atualização.

Com textos, somos conectáveis a tradições intertextuais e interculturais. Todavia, relações intertextuais e tradições interculturais têm que ser conhecidas para serem ativadas no ato da recepção. Somente o entrelaçamento dos textos e sua conectividade a serem criados mediante o

(pré)conhecimento possibilitam ao(s) destinatário(s) atribuírem os textos a discursos tematicamente agrupáveis. Da mesma forma, transversalmente, ocorre uma variedade de ligações a tradições (do conhecimento) intertextuais e interculturais. Essa é a relevância da recepção textual (WIENEN 2007), ligada também, entretanto, à sua limitação (WEIDACHER 2004). Contudo, a assim chamada interpretação silenciosa de um texto no ato individual da leitura não é por si suficiente. A conectividade com outras tradições ganhamos só quando comunicamos nossas reflexões de recepção e podemos, se for o caso, passá-las adiante.

Se percebidos coletivamente no discurso, os textos bem como os próprios discursos que os atravessam têm a chance de se tornarem o fundamento culturalmente aceito para o ensino e a aprendizagem institucionais e individuais. Por meio de textos, portanto, tornamo-nos, de um lado, conectáveis a discursos sociais, como também a tradições intertextuais e interculturais. Como base da competição discursiva pelo reconhecimento cultural, os textos podem, pois, tornar-se enfim o alicerce dos processos de ensino e aprendizagem.

Por conseguinte, textos não só moldam tradições, eles também formam ao mesmo tempo a base para a mudança dessas tradições. Se considerados, por isso, não isolada e estaticamente, mas de modo dinâmico no contexto dos discursos, dos conflitos culturais e das concorrências ferozes, então os textos manifestam-se como o ponto de partida ou estação intermediária de um processo de produção e recepção social, recursiva e recíproca. Esse processo da contínua distribuição do conhecimento, sua transformação e inovação é o fundamento de uma evolução do conhecimento baseada textualmente, ora convergente por todo o mundo.

Logo, mediante textos, o conhecimento descritível pode se tornar discursivamente perceptível e só assim individual, coletiva e culturalmente eficaz. O que sabemos hoje como pessoa e como sociedade, sabemos, muito além do conhecimento comum da experiência cultural e histórica, sobretudo, a partir da tradição baseada em textos e letras e dos discursos sedimentados dos últimos séculos que ainda atuam (e repercutem). Esse conhecimento influencia-nos de um modo preliminar: se leremos, o que leremos e como o processaremos. É somente como veículos da comunicação que os textos tornam qualquer conhecimento complexo, portanto, culturalmente perceptível, discursivamente processável e oferecem, por fim, ainda a chance de herança cultural.

Referências

ANTOS, Gerd, **Grundlagen einer Theorie des Formulierens**: Textherstellung in geschriebener und gesprochener Sprache, Niemeyer, Tübingen 1982.

_____. **Laien-Linguistik**. Studien zu Sprach- und Kommunikationsproblemen im Alltag. Am Beispiel von Sprachratgebern und Kommunikationstrainings, (RGL, 146), Tübingen, Niemeyer 1996.

_____. **Texte als konstitutionsformen von Wissen**. Thesen zu einer evolutions-theoretischen Begründung der Textlinguistik, in Antos, Gerd/ Tietz, Heike (Hgg.), **Die Zukunft der Textlinguistik**. Traditionen, Transformationen, Trends, Niemeyer, Tübingen 1997, p. 43-63.

_____. **Semiotik der Text-Performanz**. Symptome und Indizien als Mittel der Bedeutungskonstitution, in Linke, Angelika / Feilke, Helmuth (Hgg.), **Oberfläche und Performanz. Untersuchungen zur Sprache als dynamische Gestalt**, 2007 (no prelo).

_____. SPITZMÜLLER, Jürgen, **Was «bedeutet» Textdesign?** Überlegungen zu einer Theorie typographischen Wissens, in Roth, Kersten Sven /Spitzmüller, Jürgen (Hgg.), **Textdesign und Textwirkung in der massenmedialen kommunikation**, UVK, Konstanz 2007.

_____. **Wozu eigentlich Textlinguistik?** Theoretische Fragen an eine erfolgreiche sprachwissenschaftliche Disziplin, in «Studia Germanica. Universitatis Vesprimiensis», 1, 2007, p.

7- 26.

_____. **Text**, in Ueding, Gert (Hg.), **historisches Wörterbuch der Rhetorik**, Bd. 9, Niemeyer, Tübingen 2009, p. 489- 509. BEAUGRANDE, Robert-A. de / DRESSLER, Wolfgang U., **Einführung in die Textlinguistik**, Niemeyer, Tübingen 1981.

BONSIEPE, Gui (1996): **Interface**. Design neu begreifen. Mannheim: Bollmann.

BÜHLER, Karl, **Sprachtheorie**. Die Darstellungsfunktion der Sprache, Ullstein, Frankfurt a.M. 1978.

EHLICH, Konrad, **Text und sprachliches handeln**, in Assmann Aleida / Assmann, Jan / Hardmeier, Christof (Hgg.), **Schrift und Gedächtnis**. Beiträge zur Archäologie der literarischen Kommunikation, Fink, München 1983, p. 24 - 43.

FEILKE, Helmuth, **Textwelten der Literalität**, in Schmolzer- Eibinger, Sabine/Weidacher, Georg (Hgg.), **Textkompetenz. Eine Schlüsselkompetenz und ihre Vermittlung**, Narr, Tübingen 2007, p. 25-38.

FIX, Ulla / ADAMZIK, Kirsten / ANTOS, Gerd / KLEMM, Michael (Hgg.), **Brauchen wir einen neuen Textbegriff ?**, (ZfAL, 40), Lang, Frankfurt a.M. 2002.

_____. **Stil** - ein sprachliches und soziales Phänomen, Frank & Timme, Berlin 2007.

FLECK, Ludwik, **Erfahrung und Tatsache**, Suhrkamp, Frankfurt a.M. 1983.

FURNHAM, Adrian F., **Lay Theories**. Everyday understanding of problems in the social sciences, Pergamon, Oxford 1988.

ILLICH, Ivan, **Im Weinberg des Textes**. Als das Schriftbild der Moderne entstand, Luchterhand, Frankfurt a.M. 1991.

KELLER, Rudi, **Zeichentheorie**, Francke, Tübingen 1995.

KNOBLOCH, Clemens, **Zum Status und zur Geschichte des Textbegriffs**. Eine Skizze, in «Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik» (LiLi), 77, 1990, p. 66 - 87.

KOCH, Peter / OESTERREICHER, Wulf, **Sprache der Nähe - Sprache der Distanz**. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte, in «Romanisches Jahrbuch», 36, 1985, p. 15 - 43.

KRÄMER, Sybille (Hg.), **Performativität und Medialität**, Fink, München 2004.

LEWANDOWSKA, Anna, **Sprichwort-Gebrauch heute**. Ein interkulturell-kontrastiver Vergleich von Sprichwörtern anhand polnischer und deutscher Printmedien, Lang, Bern 2008.

PÜSCHEL, Ulrich, **„Puzzle“-Texte** - Bemerkungen zum Textbegriff, in Antos, Gerd / Tietz, Heike (Hgg.), **Die Zukunft der Textlinguistik**. Traditionen, Transformationen, Trends, Niemeyer, Tübingen 1997, p. 27-41.

RAIBLE, Wolfgang, **Von der Textgestalt zur Texttheorie**. Beobachtungen zur Entwicklung des Text-Layouts und ihre Folgen, in Koch, Peter / Krämer, Sybille (Hgg.), **Schrift, Medien, Kognition. Über die Exteriorisierung des Geistes**, Stauffenburg Tübingen 1997, p. 29-41.

SANDIG, Barbara, **Textstilistik des Deutschen**, de Gruyter, Berlin - New York 2006.



SPITZMÜLLER, Jürgen, **Typographie**, in Dürscheid, Christa, *Einführung in die Schriftlinguistik*, Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen 20062, p. 208-238.

STÖCKL, Hartmut, **Typographie: Gewand und Körper des Textes** - Linguistische Überlegungen zu typographischer Gestaltung, (ZfAL, 41), Lang, Frankfurt a.M. 2004, p. 5-48.

STUTTERHEIM, Christine von, **Quaestio und Textstruktur**, in Krings, Hans Peter / Antos, Gerd (Hgg.), **Textproduktion**. Neue Wege der Forschung, WVT, Trier 1992, p. 159-171.

WEIDACHER, Georg, **Der gefrorene Text**. Zur Rolle der Textoberfläche als Grenze der Interpretation, (ZfAL, 41), Lang, Frankfurt a.M. 2004, p. 49-66.

WIENEN, Markus, **Multisensorische Textrezeption**. Zum texttheoretischen Potential einer Semiologie des Textes, (ZfAL, 47), Lang, Frankfurt a.M. 2007, p. 69-95.

Recebido em: 13/11/2015 e aceito em: 18/12/2015.

Referências